



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**



PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DA COSTA GARCIA

**A POLÍTICA DO TEMPO NA GEOPOLÍTICA DE GOLBERY DO
COUTO E SILVA**

Mariana,
2024

PEDRO HENRIQUE OLIVEIRA DA COSTA GARCIA

**A POLÍTICA DO TEMPO NA GEOPOLÍTICA DE GOLBERY DO COUTO E
SILVA**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. André de Lemos Freixo

Mariana,

2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Pedro Henrique Oliveira da Costa Garcia

**A Política do Tempo na Geopolítica de Golbery
do Couto e Silva**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovada em 15 de Outubro de 2024

Membros da banca

Doutor - Andre de Lemos Freixo - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutor - Luciano Magela Roza (Universidade Federal de Ouro Preto)

Doutor - Bruno Tadeu Salles - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Andre de Lemos Freixo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de
Conclusão de Curso da UFOP em 27/02/2025



Documento assinado eletronicamente por **Andre de Lemos Freixo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em
27/02/2025, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de
outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0867702** e o código CRC **F2130FDD**.

AGRADECIMENTOS

Finalmente encerro minha segunda graduação! No início do meu primeiro curso fiquei bastante inseguro por não acreditar no meu potencial. Hoje possuo a convicção que estava enganado, afinal trilhei duas graduações. Tenho a noção de que se cheguei até esse momento, não ocorreu solitariamente, afinal, sem o apoio do meu núcleo familiar, Cremilda, Osvaldo e Luiz Felipe, não seria possível. Na licenciatura, meu pai vibrava de felicidades, e atualmente tenho consciência que ele continua vibrando de orgulho, independente do lugar onde esteja descansando. Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, foram quase seis anos como discente, instituição que mudou a minha vida em todos os sentidos. Além disso, sou grato aos professores(as) do instituto que serviram como inspiração para seguir esta jornada. Um salve para todas as pessoas que trabalham nesta universidade, porque são cruciais para o funcionamento do espaço. Também aproveito a ocasião para agradecer as políticas públicas de acesso à educação superior que se tornaram essenciais na minha vida, na ausência delas não estaria ocupando este espaço, por isso, é fundamental a manutenção e bem como a asseguaração destas leis. Me sinto realizado e agradecido, por ter sido orientado pelo Prof. Dr. André de Lemos Freixo, pois foi recompensador trabalhar com um pesquisador referente na área, e conseqüentemente se tornou um exemplo que vai além do meio acadêmico. É impossível não esquecer das amizades marcantes que me acompanharam neste caminho: Fay, João Carlos, Matheus Maritan, Adriano, Marlon, Nath e Kayssa. E também agradeço a cada pessoa que passou na minha vida durante este tempo. Lembro que quando me aproximei da república Lança Perfume, disse que minha intenção era criar uma amizade com vocês e fico feliz que a casa esteve presente nessas duas graduações. A Cangaço, a Miúdas, Gomorra, Paróquia e Trem de Doido: não sei como agradecer a vocês, pelo fato de ter vivenciado diversos momentos bons, por terem participado dessa jornada, vocês são incríveis e não sei como seria minha instância em Mariana sem a presença de vocês.

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar o discurso histórico e a política do tempo na geopolítica de General Golbery do Couto Silva, durante o contexto da Guerra Fria e a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira. A Política do Tempo, conceito de Johannes Fabian, nos ajuda a ler o Plano de Doutrina de Segurança Nacional, ou seja, o fundamento ideológico da ditadura, alinhado com a Geopolítica brasileira e internacional, por lentes da teoria e da filosofia da história. Isso nos auxilia a descortinar elementos pouco estudados da referida doutrina e no contexto da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, como viéses preconceituosos e coloniais, discursos da máquina imperialista eurocêntrica, sendo naturalizados como traços “orgânicos” (e raciais) associados a noções como de civilização (e identidade) nacional brasileira do regime.

Palavras-chaves: Tempo; Golbery; Geopolítica; Ditadura; Fabian.

ABSTRACT

This final course work aims to analyze the historical discourse and the politics of time in the geopolitics of General Golbery do Couto Silva, during the context of the Cold War and the Brazilian Corporate-Military Dictatorship. The Politics of Time, a concept by Johannes Fabian, helps us to read the National Security Doctrine Plan, that is, the ideological foundation of the dictatorship, aligned with Brazilian and international Geopolitics, through the lenses of the theory and philosophy of history. This helps us to uncover little-studied elements of the aforementioned doctrine and in the context of the Brazilian Corporate-Military Dictatorship, such as prejudiced and colonial biases, discourses of the Eurocentric imperialist machine, being naturalized as “organic” (and racial) traits associated with notions such as the Brazilian national civilization (and identity) of the regime.

Keywords: Time; Golbery; Geopolitics; Dictatorship; Fabian.

SUMÁRIO

1. A POLÍTICA DO TEMPO COMO ELEMENTO DE DISTÂNCIA TEMPORAL.	6
1.1 JOHANNES FABIAN E A POLÍTICA DO TEMPO NA ANTROPOLOGIA ...	6
1.2 CRONOPOLÍTICA E HISTÓRIA.	8
1.3 COETANEIDADE E ALOCRONISMO.	15
1.4 DA ANTROPOLOGIA À HISTÓRIA - A POLÍTICA DO TEMPO NO DISCURSO HISTÓRICO.	17
2. A GEOPOLÍTICA DE GOLBERY DO COUTO E SILVA.....	21
2.1 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL O PODER EXECUTIVO & GEOPOLÍTICA DO BRASIL.	24
2.2 O TEMPO HISTÓRICO IRREVERSÍVEL SOBRE A DISTÂNCIA TEMPORAL.....	30
2.3 O OUTRO NA ÓTICA DE SILVA	34
2.4 O MODERNO COMO FERRAMENTA DE COLONIZAÇÃO	36
3. CONCLUSÕES.....	40
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45

1. A POLÍTICA DO TEMPO COMO ELEMENTO DE DISTÂNCIA TEMPORAL.

1.1 JOHANNES FABIAN E A POLÍTICA DO TEMPO NA ANTROPOLOGIA

Johannes Fabian (2013)¹ é um importante antropólogo que publica esta obra tecendo críticas, principalmente a antropologia e também outras áreas da ciência como a história, no qual, contribuíram e produziram um discurso colonialista que fundamentava a distinção entre diversos povos baseados no distanciamento e temporal, entre o Eu e o Outro que afirmava superioridade ou inferioridade, conforme os objetos. Além disso, debruça sobre a ideia de estudar e compreender o Outro colocando-se no lugar do objeto. O antropólogo critica a prática antropológica que reafirmou o eurocentrismo e o darwinismo social.

Segundo Foucault (2013)² o conhecimento é poder. O lugar emprega a antropologia tanto quanto a qualquer outro campo do conhecimento (p.39). Ao analisar a pretensão da antropologia ao poder provido em suas raízes, em determinados lugares ele se apresenta mais claramente visível, ao menos assim que indaga por ele, do que nos usos que a antropologia do Tempo faz na ocasião se estimula por formar seus próprios objetos: o selvagem, o primitivo e o Outro. É pelo diagnóstico do discurso temporal da antropologia que se reconstitui, isto é, que não há informação sobre o Outro que não seja também um ato temporal, histórico e político.

O uso opressor do Tempo, a aliança da antropologia com as forças opressoras não é simples e nem recente (p.40). Os efêmeros esforços de alguns contextos históricos nos quais os usos antropológicos do Tempo se conceberam detém como meta principal de recontar uma história cuja a conclusão está em aberto, além de, ser aberta também é contraditória. O discurso antropológico pode, no decurso do período assimilado, ter conseguido se instituir como uma disciplina acadêmica, todavia falhou em se acomodar vis-à-vis a um Outro claramente determinado.

Na tradição judaico-cristã, o Tempo foi concebido como o instrumento de uma história sagrada (p.40). O Tempo era ponderado, entretanto mais frequentemente celebrado, como uma sequência de eventos específicos que se sucedem a um povo selecionado. Muito tem sido debatido sobre o caráter linear dessa concepção, em discrepância com as visões pagãs, cíclicas, do Tempo como eterno retorno. O quanto essa posição cíclico-linear continua a prevalecer no inquérito sobre as concepções de tempo. Tais metáforas espaciais de pensamento temporal propende obscurecer algo que é de importância mais imediata na investida de delinear a ascendência dos usos antropológicos do Tempo; a fé firmada entre a Divindade e um povo,

¹ FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: Como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 215 p.

² FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 244 p.

baseada na confiança na Providência Divina que se desdobra em uma história de salvação intermédia em um Salvador, colabora para as concepções sagradas do Tempo.

A tradição judaico-cristã evidencia a especificidade do Tempo, sua efetuação em uma determinada ecologia cultural, no caso primeiramente o Mediterrâneo Oriental, e mais tarde o circum-mediterrâneo, com Roma como o seu eixo (p.40). Já na modernidade, aqueles que consentiram a emergência do discurso antropológico, devem ser apurados, não na invenção de uma concepção linear, contudo em um prosseguimento de tentativas de secularizar o Tempo judaico-cristão, ao universalizá-lo e generalizá-lo. De fato, o Tempo universal provavelmente se estabeleceu concretamente e fortemente, no período da Renascença, em contestação tanto à filosofia clássica como aos desafios cognitivos apontados pela era das descobertas que se iniciou na esteira da circunavegação da Terra. Mas, no século que fundamentou os mecanismos de discurso que agora são reconhecidos como os fundamentos da antropologia moderna, na era iluminista.

Com o auxílio da “história universal”, uma ferramenta que “representa, para a história de cada país e de cada povo, o que um mapa geral significa para os mapas específicos” (Fabian, 2013, p.41). Nesta comparação, o universal se liga com o geral, o que demonstra uma certa ambiguidade, ou seja, uma ambiguidade que até agora continua na busca da antropologia pelos universais. Os universais aparentam ter duas conotações. Uma delas é a totalidade; o universal denomina o mundo inteiro em todos os tempos. Enquanto, a outra se concerne à generalidade que se emprega em um grande número de circunstâncias (p.42).

Argumenta que tal planejamento se baseia na capacidade de diferenciar a “sequência das coisas” e a “ordem dos tempos” (p.42). Didaticamente, isso demanda uma “abreviação” das sequências, de tal modo que a ordem pode ser identificada “num relance”. Ao expor a história universal à qual se dá prosseguimento quando se pondera “um pequeno número de épocas” na história secular e religiosa, o efeito é a metodologia de reingressar a fé individual.

Assim, tanto os limites externos e espaciais da história como a sua sucessão interior são os da religião. No qual, a mera sequência pode provocar a confusão, a distinção dos tempos, à luz da Divina Providência e cria a ordem. Isso revela o trabalho onipresente da salvação.

Se alguém deseja revelar como o Tempo se transformou secularizado, do século XVIII, deve-se focar na alteração da mensagem da “história universal”, ao invés dos elementos de seu código (p.43). A modificação da mensagem tinha que ser utilizada sobre aquilo que identificou-se como a especificidade da “universalidade cristã”. A transformação também tinha que ocorrer no nível da intenção ou “julgamento político”.

1.2 CRONOPOLÍTICA E HISTÓRIA.

A burguesia no século XVIII, as viagens se modificaram, ao menos potencialmente, como fonte do conhecimento “filosófico” e secular de todo homem (p.44). A viagem religiosa dispunha para os centros de religião, ou para a salvação das almas; nesta ocasião, a viagem secular se resultava dos centros de conhecimento e poder para lugares onde o homem nada se depararia além de si mesmo. Uma ciência do homem que deve ser elaborada pelo homem e para o homem, uma ciência em que as pesquisas religiosas e metafísicas sobre a origem e o destino da humanidade cederiam lugar a uma visão radicalmente inerente da humanidade à disposição no mundo todo e em todos os tempos. Foi nesse sentido, de um modo para a autorrealização do homem que o topos dos signos de viagem culminou a secularização do Tempo. Um novo discurso é arquitetado sobre uma vasta literatura de narrativas, coleções e sínteses de relatos de viagem.

A apreensão é evidente nessa literatura, em suas dimensões populares bem como em usos científicos, era com a caracterização de movimentos e relações no espaço (“geografia”), fundamentadas principalmente na observação visual de localidades estrangeiras (p.45). Nesse entretanto, isso não contesta a afirmação de que a preparação de uma concepção secular do Tempo era sua preocupação subjacente. Justamente pois o Tempo secular era o seu propósito, logicamente discursando, ou o seu significado, no jargão semiótico, o novo discurso não detinha, com ressalvas a ser proferidas seguidamente com precisão de tematizar o Tempo.

Inicia-se também a negar a ligação, incontestada por viajantes de outrora, entre a viagem, para localidades estrangeiras e a conquista militar. As viagens possuem um significado para completar a história do homem. Desse modo, não é impremeditado que, com o advento de um gênero de preparação científica para a viagem bem distinta das instruções que os monarcas europeus proporcionaram, de costume, aos primeiros navegadores e conquistadores. Comparar o passado e o presente se tornou uma preocupação intelectual bem como um artifício literário para permear seus escritos (p.46). O conhecimento do passado é uma espécie de ponto arquimediano a partir do qual se modifica um presente de resto desesperançado.

Pressagiar na tradição cristã, todavia crucialmente alterada durante o Iluminismo, a ideia de um conhecimento do Tempo, que é um conhecimento superior, converteu-se uma parte integral do equipamento intelectual da antropologia. reconhece isso em uma ideia que foi atributo da antropologia ao longo da maior parte de suas fases ativas; a postulada autenticidade de um passado: selvagem, tribal e camponês, que é útil para inculpar um presente inautêntico desenraizado e aculturado (p.46). A antropologia urbana, na dimensão em que exhibe imagens antagônicas à prestina integridade da vida primitiva, era em uma definição óbvia o subproduto

de um estágio avançado de colonização no exterior e um estágio avançado de degradação urbana local.

A inabilidade de diferir entre as visões de Darwin e Spencer, relativas à evolução, é responsável por muitos enganos de rastreamento bidirecional entre as aplicações biológicas e socioculturais (p.48). De outro modo, uma junção entre os dois não pode ser simplesmente rejeitada como um erro. Um modo de acertar a um entendimento sobre essa questão escorregadia é inspecioná-la à luz de uma crítica dos usos antropológicos do Tempo. De acordo com o contexto político dessas verdades axiomáticas no Ocidente industrializado e colonizador, parece quase implacável que os teóricos sociais iniciaram a buscar perspectivas científicas em que consignar os ideais de progresso, modernização e desenvolvimento, que haviam herdado dos *philosophes*.

Uma vez que alcançou a aceitação popular, a teoria darwiniana, ou elementos próprios dela, foi incrementada em concepções a respeito da evolução social mesmo por aqueles que, como Spencer, haviam constituído suas convicções necessárias de modo independente em comparação a Darwin. O que elas agiram, em direção a teoria da evolução biológica darwiniana, foi redestilar aquelas doutrinas de caráter social, para iniciar o malthusianismo e o utilitarismo. Paralelamente, o emprego de Darwin transfigurou-se possível somente na posição de que uma visão revolucionária que fora absolutamente importante para seus pontos de vista, isto é, uma nova elaboração do Tempo, teria que ser, se não extinta, transformada e castrada. Só então poderia ser utilizada a diversos projetos pseudocientíficos que, imaginava-se, provariam o movimento das leis evolutivas na história da humanidade (p.49).

O Tempo Geológico as reconheceu de uma plausibilidade e um alcance que suas antecessoras do século XVIII não poderiam ter alcançado (p.50). Além do mais, embora seja verdade que a nova ideia proporciona uma diversidade de extensão quantitativa do Tempo, sua real definição era de natureza qualitativa. A contrariedade com os cálculos fundamentados na Bíblia não era apenas o fato de não abrangerem tempo suficiente para a história natural. Esse tipo de problemática poderia ter sido esquivado ao refazer os cálculos e estender a cronologia.

Nesse sentido, o verdadeiro motivo pelo qual a cronologia bíblica teve de ser descartada, era pelo motivo de não englobar o tipo certo de Tempo. Visto que, sendo calculado como o Tempo depois da criação, nos moldes fora revelado nas Escrituras, ela era o Tempo da Salvação. Era o Tempo da transferência de eventos significativos, míticos e históricos, e como tal, era crônica e cronológica. Como uma sucessão de eventos, demonstrava-se linear, ao invés de tabular, isto é, não aceitava ao Tempo ser uma variável independente dos eventos que assinala. Por causa disso, não poderia fazer parte de um sistema cartesiano de coordenadas de tempo-

espaço que consentisse ao cientista elaborar uma infinidade de dados corriqueiros sobre o tempo neutro, a menos que ele fosse primeiramente neutralizado, isto é, distanciado dos acontecimentos significativos para a humanidade (p.51).

Neste sentido, a Darwin, na intenção de sanar duas outras questões. Uma delas é a própria consciência refinada de Darwin de que o Tempo uma vez naturalizado, não poderia e não deveria ser re-historicizado. Darwin possuía mais do que uma incipiente noção do status epistemológico das cronologias científicas como uma espécie de linguagem ou código (p.52). Os antropólogos evolucionistas não agiram com o Tempo, eles espacializavam o Tempo. Visualizaram a evolução, não como uma corrente da existência, e sim como uma árvore. A árvore tem sido desde sempre uma das formas mais simples de estabelecer esquemas classificatórios embasados em subsunção e hierarquia.

O novo Tempo naturalizado já não era o canal de uma história contínua e generalizada, porém um modo de coordenar um registro geológico e paleontológico fundamentalmente fragmentário e descontínuo (p.52). Eles não puderam executar uso de sua amplitude, devido a história da humanidade, registrada ou reconstruída, abrangia um espaço irrelevante na escala da evolução natural. Encontram-se bastantes cheios de certeza de que o tempo executava ou ocasionava as coisas, no decorrer da evolução. E, finalmente, eles não detinham ainda a necessidade de uma cronologia metodológica que encaminham à civilização e cada um deles tão significativo como uma sentença que direciona à conclusão de uma história.

O discurso temporal da antropologia, visto que foi objetivamente traçada com base no paradigma do evolucionismo, embasava sobre uma concepção de Tempo que não era simplesmente secularizada e naturalizada, como também plenamente espacializada (p.52). A partir de então, os esforços da antropologia em firmar relações com o seu Outro por meio de mecanismos temporais propuseram uma afirmação da diferença como distância. A naturalização do Tempo, que foi a postura epistemológica crucial do evolucionismo.

Ao analisar o uso do Tempo, de forma indiscriminada adoção de referências, e de suas expressões retóricas no discurso antropológico, da física e da geologia foi, para uma ciência do homem, lastimavelmente retrógrada sob a ótica de vista intelectual, e bastante conservadora em termos políticos (p.53). O autor considera retroactivo o motivo de que a antropologia atingiu a sua respeitabilidade científica ao legitimar um fisicalismo especialmente newtoniano em um período, próximo ao final do século XIX, no qual os contornos da física pós-newtoniana eram claramente perceptíveis.

A naturalização radical do Tempo era, naturalmente, essencial para a mais aclamada realização daquele momento, o método de comparação, essa máquina intelectual onívora que

consentia a igualdade de discussão da cultura humana em todos os movimentos e em todos os lugares (p.53). O entusiasmo e a euforia provocados por esses brinquedos transformou fácil deslembra-los que, embora os dados nutridos na máquina possam ter sido escolhidos com neutralidade e desapego positivistas, seus resultados são as consequências evolutivas e eram tudo menos histórica e politicamente neutros. Ao postular o entendimento da sociedade contemporânea em termos de estágios evolutivos, as histórias nacionais do evolucionismo incluídas um tipo de especificidade de tempo e lugar, na realidade, uma história da salvação retroativa que tem sido o seu maior contraponto na ótica cristã medieval refutada pelo Iluminismo.

Na autenticidade, pouco mais tinha sido realizado do que converter a fé na salvação pela fé no progresso e na indústria, e o Mediterrâneo, como centro da história, pela Inglaterra vitoriana. Eram também as situações sob as quais uma execução antropológica em desenvolvimento - a pesquisa, a escrita e o ensino - tornou-se ligada ao colonialismo e ao imperialismo (p.53). A antropologia cooperou acima de tudo para a justificação intelectual da iniciativa colonial. A disciplina permitiu à política e à economia, ambas consumidas pelo Tempo humano, uma firme crença no natural, ou seja, no Tempo evolutivo.

A antropologia acarretou um regime em cujos termos não somente as culturas do passado, como todas as sociedades vivas, foram inevitavelmente postas em uma vertente temporal, um fluxo de Tempo e alguns encaminhando-se para cima, outro para baixo (p.54). A civilização, a evolução, o desenvolvimento, a aculturação, a modernização (a industrialização, a urbanização) são, todos eles, termos do qual conteúdo conceitual origina de modos que podem ser determinados, do Tempo evolutivo. Um discurso que utiliza termos como primitivo, selvagem, todavia também tribal, tradicional, de Terceiro Mundo ou qualquer eufemismo corrente, não pensa, ou observa, ou estuda criticamente, o primitivo, ele pensa, observa e estuda nos termos do primitivo.

O evolucionismo, o paradigma que faz da antropologia uma ciência digna de identificação acadêmica, logo foi violentamente desprezado em ambos os lados do Atlântico. A história da cultura é majoritariamente edificada por meio da distribuição espacial (p.54). No estudo da cultura primitiva imutável, as relações temporais podem ser relevadas em favor das relações espaciais. O autor define o difusionismo como o significado de um projeto de escrever uma história sem Tempo, de povos sem história.

Já no século XX, Friedrich Ratzel desaprova a metáfora de uma árvore do desenvolvimento (p.55). Um tal ponto de vista taxonômico e hierárquico complexifica a uniformização e a igualdade radicais de todas as ciências. Ratzel torna evidente que esse

geografismo pressupõe uma comunhão temporal da humanidade. O destaque no espaço real, ecologia, impossibilitou a preocupação com a classificação das sociedades em escalas evolutivas, conforme as leis gerais decretadas. Dentro da comunidade humana é improvável deliberar um período ou área específicas de origens culturais. Diante de situações numa única e mesma terra.

É preciso averiguar rapidamente os usos do Tempo conforme eles manifestam-se no discurso antropológico, ou seja, na literatura de monografias, em obras sintéticas e analíticas que integram diversas áreas etnográficas, ou distintos aspectos da cultura e da sociedade em relação a diversas áreas e, finalmente, em livros que retratam o resumo do conhecimento atual (p.57). Existem três importantes usos do Tempo e cada um é característico de um gênero de discurso.

O primeiro é o Tempo físico e assiste como uma espécie de parâmetro ou vetor na descrição do processo sociocultural. A pressuposição é a de que esse tipo de Tempo, a despeito seja um parâmetro do processo cultural, não está, em si, sujeito a variações culturais. O segundo é o Tempo Mundano apresenta uma conotação de uma espécie de relação cosmopolita com o Tempo, que, apesar de ter certeza sobre o funcionamento do Tempo Físico nas leis naturais que comandam o universo (57-59).

Nesse sentido, encarrega-se com a periodização em grande escala. Sustenta uma fria distância em relação a todos os tempos (59). Por último, o Tempo Tipológico manifesta um uso do Tempo que é contabilizado não como tempo decorrido, nem pela orientação aos pontos de uma escala linear, porém em termos de eventos significativos sob o ponto de vista sociocultural ou mais pontualmente, de intervalos entre tais eventos. Critério qualificações tais como anterior à escrita versus letrado, tradicional versus moderno, camponês versus industrial, tribal versus feudal, rural versus urbano.

A definição de cultura como o modo específico com que os atores formam e elaboram, crenças, valores e outras formas de vida social, há que identificar que o Tempo é uma dimensão constitutiva da realidade social (p.60). Uma vez que o Tempo é admitido como uma dimensão, e não apenas uma medida da atividade humana, qualquer experiência de descartá-lo do discurso interpretativo só pode suceder em representações deturpadas e, em grande parte, sem sentido. Não é a disseminação das culturas humanas no espaço o que resulta a antropologia a “temporalizar”; é o Tempo naturalizado espacializado que concede sentido à distribuição da humanidade no espaço. A história da antropologia demonstra que esse uso do Tempo quase invariavelmente é realizado com intenção de apartar aqueles que são observados do Tempo do observador.

O pensamento iluminista marca uma descontinuidade com uma visão do Tempo sobretudo medieval e cristã ou judaico-cristã (p.61). Essa descontinuidade moveu-se de uma concepção de tempo/espço, nas conjunturas de uma história de salvação, para aquela idealização que sucedeu finalmente uma secularização do Tempo como história natural. Para o presente argumento, é fundamental conceber que isso não só resultou uma modificação na qualidade do Tempo (sagrado versus secular) como também uma importante alteração no que diz respeito à natureza das relações temporais.

No paradigma medieval, o Tempo da Salvação foi configurado como inclusivo ou incorporativo (p.62). Os Outros, pagãos e cétricos, em vez de selvagem e primitivos, eram notados como candidatos à salvação. Mesmo a conquista, sem dúvida um jeito de expansão espacial, necessitava ser fundamentada por uma ideologia de conversão. A naturalização do Tempo que decorreu a essa visão estabelece as relações temporais como exclusivas e expansivas.

O pagão sempre participou já marcado para a salvação, o selvagem ainda não está apto para a civilização (p.62). As sequências evolutivas e sua concomitante prática política do colonialismo e do imperialismo podem evidenciar-se incorporativas; afinal elas formam um quadro de referência universal capacitado para acomodar todas as sociedades. Todavia, sendo assentada no episteme da história natural, elas se baseiam no distanciamento e na separação. O que torna o selvagem significativo para o Tempo do evolucionismo é o motivo de ele residir em outro Tempo, sobre a separação e o distanciamento na práxis colonialista que traçou sua justificação ideológica após o pensamento iluminista.

É importante destacar que o Tempo está envolto em qualquer relação possível entre o discurso antropológico e seus referentes (p.64). O referente compartilhado por várias subdisciplinas da antropologia não é, literalmente falando um objeto ou uma classe de objetos, mas um relacionamento. Em qualquer artigo elaborado por meio da literatura antropológica, o referente normalmente é uma característica particular da relação entre os elementos ou aspectos de uma cultura ou sociedade; contudo toda etnografia em particular é, em último diagnóstico, referente às relações gerais entre culturas e sociedades. De fato, se rememorar a história da antropologia, ela trata, afinal, da relação entre o Ocidente e o Restante.

Desse modo, todo conhecimento antropológico é de natureza política (p.64). No entanto, apresenta-se possível conduzir o autoquestionamento posteriormente ao focalizar o Tempo como uma categoria-chave com a qual determina as relações entre a sociedade ou as construções teóricas e o Outro. Certamente, a cronologia é apenas um caminho para um fim ulterior. O distanciamento temporal que a cronologia abrange é necessário para revelar que leis

naturais, ou regularidades referentes à lei, atuam no desenvolvimento da sociedade e da cultura humana.

A relatividade socialmente mediada do Tempo Físico poderia ser identificada, ao invés disso, no processo histórico da mecanização, a tecnologia dos relógios e da padronização das unidades de medidas (p.64). A cronometragem do tempo ocidental, os antropólogos desfrutaram da utilização do Tempo Físico como um método de distanciamento. Em grande parte dos estudos etnográficos sobre outras concepções de tempo, a alteridade entre o horário do relógio padronizado e outros mecanismos de mediação concede a resolução do enigma.

Nesse sentido, a ideia do Tempo Físico é componente de um sistema de ideias que englobam espaço, corpos e movimento. Nas mãos de ideólogos, essa conceituação de tempo é facilmente remodelada em uma espécie de física política. Enfim, não é difícil transcender, da física para a política, uma das regras mais antigas, a que diga ser impossível dois corpos ocuparem o mesmo espaço ao mesmo tempo (p.65). Quando, no decorrer da expansão colonial, um corpo político ocidental deslocou-se a apossar-se, literalmente, o espaço de um corpo autóctone, diferentes alternativas foram produzidas para encarregar com essa violação da regra. A mais simples delas, por exemplo, na América do Norte e na Austrália, era, simplesmente, mover-se ou remover o outro corpo. Com frequência, a tática usada tem sido naturalmente manipular a outra variável, o Tempo.

1.3 COETANEIDADE E ALOCRONISMO.

Constantemente as cronologias se instituem no Tempo Moderno ou Tipológico. Como ferramentas de distanciamento, categorizações desse tipo são utilizadas, a exemplo de, quando comunicam que alguns elementos da cultura humana são “neolíticos” ou “arcaicos”; ou quando se afirma que sociedades específicas da contemporaneidade operam uma “economia da idade da pedra”; ou quando alguns estilos de pensamento são identificados como “primitivos” ou “selvagens” (p.66). Adjetivos como mítico, ritual, ou mesmo tribal, têm a mesma função. Também prescrevem o distanciamento temporal como uma forma de confeccionar os objetos ou referentes antropológicos.

Os fenomenólogos buscaram demonstrar, com seus estudos, que a interação social presume a intersubjetividade, o que, por sua vez, é inconcebível sem que considere que os participantes envolvidos são coesos, isto é, compartilham o mesmo tempo (p.66). De fato, mais conclusões são capazes de ser deslocadas desse postulado básico, até o ponto de ser perceptível que, para que a comunicação humana a coetaneidade necessita ser concebida. No geral, o modelo de comunicação dominante mantém a ser aquele em que a objetividade ainda está ligada ao distanciamento temporal entre os abrangidos. De outro modo, a comunicação não poderia ser conceituada como o deslocamento de informação. Em suma, mesmo em procedimentos centrados na comunicação que assemelha conhecer o Tempo compartilhado, pode-se esperar que se deparam instrumentos de distanciamento temporal.

É viável elucidar a negação da coetaneidade como uma insistência e sistemática predisposição em reconhecer o(s) referente(s) da antropologia em um Tempo que não o presente do produtor do discurso antropológico (p.67). O autor define a coetaneidade como uma expressão que demanda de se encaminhar entre noções tão rigorosamente relacionadas, como síncrono, simultâneo e contemporâneo. Síncrono para mencionar eventos que decorrem no mesmo tempo físico; contemporâneo certifica a coerência no tempo tipológico. Coevo, abrange idade, duração e época, além disso, o termo serve para conotar uma ocupação do termo, conjunta e ativa, ou um compartilhamento do Tempo.

Essa coetaneidade que pode ser recusada nas figuras do Tempo Físico e Tipológico não necessita de elaboração adicional (p.67). Todavia, a dificuldade que observa-se em relação ao Tempo Intersubjetivo subsiste. Pode-se alegar que essa categoria temporal impossibilita o tipo de manipulação ideológica proposta pela ideia que os antropólogos fazem uso do Tempo. Caso a coetaneidade, o compartilhamento do Tempo presente, é um meio da comunicação, e o conhecimento antropológico tem suas raízes na etnografia, que é evidente um tipo de comunicação, então o antropólogo não está liberto para conceder ou negar a coetaneidade a

seus interlocutores. Ou o antropólogo se assujeita à condição da coetaneidade e gera conhecimento etnográfico ou se ilude na distância temporal e não atinge o objeto de sua pesquisa.

Este raciocínio que está na parte posterior de algumas das críticas mais extremas da antropologia, por causa de todo o conhecimento antropológico é dúbio, pois assimilado sob as condições do colonialismo, do imperialismo e da opressão (p.68). A negação da coetaneidade refere-se ao anacronismo da antropologia. O autor referencia o anacronismo como um fato, ou uma declaração do fato, que está fora de sintonia com um determinado período de tempo, é um erro, talvez um acidente.

O termo coetaneidade foi escolhido para determinar um pressuposto central, isto é, o de que todas as relações temporais e portanto, a contemporaneidade, estão justapostas na práxis culturalmente ordenada (p.69). Os antropólogos possuem pouca dificuldade de reconhecer isso, contanto que a coetaneidade esteja fundamentada numa cultura específica, frequentemente uma cultura que não seja a sua própria. A coetaneidade é uma forma de relação temporal e não pode ser definida como uma coisa ou um estado com determinadas propriedades. Não está “ali”, e não pode ser colocada ali, a coetaneidade deve ser originada, ou ao menos abordada. Como um meio epistemológico, ela pode apenas ser deduzida por meio dos resultados, ou seja, a partir das distintas formas pelas quais o reconhecimento ou a negação da coetaneidade persuadem a teoria e a literatura antropológica.

É interessante sobre os usos ideológicos do Tempo que não levaram ou ainda não o formaram (p.69). Persistir na pesquisa de campo como fonte essencial de conhecimento antropológico auxiliou como um poderoso corretor prático, na verdade uma discordância, que filosoficamente, torna a antropologia como um todo uma iniciativa aporética. Por um lado, os etnógrafos, especificamente aqueles que preferem abordagens comunicativas, sempre discerniram a coetaneidade como uma condição sem a qual quase nada poderia ser jamais assimilado sobre outra cultura.

É necessário instituir relações de coetaneidade com as culturas que são estudadas. Dessa forma, a coetaneidade se resulta na investida final sobre os muros de proteção do relativismo cultural (p.70). A distância entre o Ocidente e o Restante, sob a condição de todas as teorias antropológicas clássicas foram estruturadas, está agora sendo questionada em relação a quase todos os pontos de vista imaginários. Sobra apenas a profusa negação da coetaneidade que, em última compreensão, é representante de um mito cronológico de magnitude e insistência assustadoras.

1.4 DA ANTROPOLOGIA À HISTÓRIA - A POLÍTICA DO TEMPO NO DISCURSO HISTÓRICO.

Recomenda a língua nativa como um equipamento, como um meio de retirar informação (p130). Os antropólogos basearam que a linguagem de um povo dispõe pistas, talvez até mesmo a chave de sua cultura. A utilidade da língua nativa conseguiu se sustentar no fato de que convoca o(a) pesquisador(a) de uma práxis comunicativa como uma decorrência cujas metáforas tais como instrumento, veículo ou receptáculo poderiam ser custosas de sustentarem. Os aconselhamentos para se empregar mapas, gráficos e tabelas sinaliza convicções profundamente arraigadas em uma tradição científica empírica.

A teoria do visualismo fomenta a quantificação e a representação diagramática, de forma que a capacidade de visualizar uma cultura ou sociedade torna-se quase sinônimo de compreendê-la (p.130). O visualismo pode tomar sentido diversos, aproximando-se do matemático, geométrico ou do pictórico estético. No último caso, sua tendência idólatra é muitas vezes atenuada pelo preceito de debater a cultura não como uma imagem, mas como um texto. Em suma, de objetos do conhecimento cujo principal modo de visualização é visual, espacial ou tangível. Portanto, não é inesperado que antropólogos de todas as persuasões tenham estado de acordo com o pressuposto de que seu conhecimento se fundamenta na observação, e é válido por ele.

O visualismo origina de uma tradição científica com firmeza ajustada no tempo em que John Locke elaborou os cânones empiricistas da ciência social moderna (p.130). “A percepção da mente” é devidamente explicada por palavras relacionadas à visão. Mesmo se a análise imparcial é encarada positivamente como uma forma de erguer-se acima do imediatismo dos sons fugazes, odores indescritível, emoções não tão claras e o fluxo da passagem do Tempo, o antropólogo de tal modo inclinado teria, no mínimo, apresentar alguma importância sobre a determinação cultural de sua investigação pela distância.

Os historiadores da ciência colaboram com a tese de que a ciência ocidental advém de uma arte retórica ancestral, de forma cronológica, isto é, no que diz respeito à sequência da evolução, além de, sistemático, ou seja, à natureza da atividade científica (p.133). O fato evidente de que todas as ciências, contido as disciplinas mais abstratas e matematizadas, são empreendimentos sociais que necessitam ser executados através dos canais e meios de comunicação e conforme suas regras que estejam a disposição para um coletivo de praticantes e para a comunidade em geral, da qual são pertencentes.

Quando a antropologia moderna iniciou a construção do seu Outro em termos de topoi indicando distância, oposição e distância, seu objetivo era, sobretudo, todavia também no

mínimo, erguer Espaço e Tempo organizados em um cosmos para a sociedade ocidental residir, ao invés de aprender outras culturas (p.135). Para Petrus Ramus, a demanda mais urgente sobre o conhecimento, qualquer tipo de conhecimento, decorreu do seu ensinamento.

Talvez a lição mais considerável a ser compreendida por meio do estudo do ramismo e de investigação críticas semelhantes de períodos não lembrados ou reprimidos da história intelectual do Ocidente é que os métodos, canais e meios de apresentação do conhecimento são tudo menos secundários em comparação a seu conteúdo. Os antropólogos apontam diferentes graus de consciência sobre isso ao se consentir ser levados para discussões a respeito de suas reduções formais da cultura que retratam ou não um arranjo de ideias “na cabeça dos nativos”. Nesse contexto, que o social e o cultural devem atribuir, por meio da observação, da quantificação e da generalização sistemática, a mesma facticidade que é demonstrada no campo de visão antropológica.

É essencial consertar essa situação, visto que, no meio das ciências que partilham fontes comuns na expressividade das imagens e dos topoi, e que discursam métodos pedagógicos de visualização do conhecimento, a antropologia desempenha um lugar peculiar (p140). A antropologia sentinela as fronteiras das cultura ocidental. Na realidade, a disciplina sempre esteve atenta com os limites, ou seja, aqueles que referem a uma raça contra a outra, entre uma cultura e outra, e, enfim, entre a cultura e a natureza. Essas inquietações liminares impossibilitaram a antropologia de se firmar em qualquer um dos domínios reconhecidos do conhecimento, além daqueles no campo residual da ciência social.

Nas décadas de 1960 e 1970, quando os críticos da sociologia e da antropologia iniciaram manifestar os resultados degradantes dos processos excessivamente cientificistas (p140). Um apontamento comum era a de que os cientistas sociais retratavam seus sujeitos como objetos, isto é, como focos passivos de variados esquemas de explicação estruturais, behavioristas e, com regularidade quantitativos, e isso ocasionando a compreensão dos motivos, valores e crenças de seus sujeitos como pessoas.

Em síntese, recorrer ao personalismo neste em debates parecidos resulta em confusão. Talvez essa questão possa ser impedida se repelir uma oposição excessiva simples entre o visual e o auditivo. Um caminho nessa direção pode ser refletir o Tempo, e especialmente essas relações temporais que devem estar interligadas na concepção e na comunicação interpessoais e, a fortiori, interculturais, do conhecimento. O visualismo sozinho não é o responsável por uma cosmologia política. Essa ideia é a mais valiosa, mais ampla e mais segura das percepções que dispõem sido um artigo de fé desde o início da tradição filosófica da antropologia (141).

O fenomenalista como que o Outro, como objeto do conhecimento, deve estar manter desjuntado, distinto e, preferencialmente, distante, do conhecedor (p.143). A antropologia não descobriu a selvageria do selvagem, ou o primitivismo do primitivo, a disciplina estabeleceu-se, e é perceptível em alguns aspectos, em especial por meio da manipulação da coexistência temporal, por meio da negação da coetaneidade. A hegemonia do visual como um modo de conhecimento pode, assim, ser de modo direto vinculada à predominância política de uma faixa etária, uma classe social ou uma sociedade sobre a outra.

Essas práticas etnológicas de início fixaram convicções ocasionalmente articuladas, entretanto afixados, de que as apresentações do conhecimento através de imagens, mapas, diagramas, árvores e tabelas visuais e espaciais são caracteristicamente apropriadas à definição das culturas primitivas que, como todos dominam, são objetos extremamente sincrônicos para a percepção visuoestética (p.143). De um jeito ou de outro, a antropologia espelha a organização de um nicho da sociedade burguesa com objetivo de atuar a essa comunidade interna dessa sociedade.

Desse modo, a pesquisa de campo imposta profissionalmente também colabora para conservar a posição dessa sociedade vis-à-vis com outras sociedades. É nesta atribuição que a etnografia transcorreu a ser definida predominantemente como um exercício observador e congregador, isto é, uma atividade visual e espacial (p.144). A antropologia insiste em usar o visualismo para referir uma corrente ideológica do pensamento ocidental. “Para nós, as sociedades primitivas são efêmeras, isto é, no que diz respeito ao nosso conhecimento acerca delas, e às nossas relações com elas, na verdade, enquanto elas existem para todos nós, elas estão condenadas” (Fabian, 2013, p.144).

O visualismo opera como um estilo cognitivo que está sujeito de desservir o estudo de todos os tipos de expressão cultural, abrangendo aquelas que afirmam a respeito da experiência visual em geral, e a estética visual, principalmente (p.145). A perspectiva visualista conduzida pelas produções visuais de outras culturas não está menos desprovida de críticas do que as reduções visualistas de, digamos, linguagem, ritual, dança e música, relações sociais ou condições ecológicas.

Seria inviável finalizar sua pesquisa sem levar em conta a antropologia simbólica como um conceito unificador, se acomodando no argumento sobre o discurso alocrônico (p.145). Devido, a antropologia simbólica ser proveniente mais atual, e uma relevância contínua, que é um obstáculo para conclusão, além disso, necessita de uma única figura imponente em cuja se permitisse centralizar como representativa da abordagem simbólica. A noção de símbolo pode

ter que ser englobada entre aqueles objetos alocrônicos, no qual resulta ou fomenta a negação da coetaneidade entre o sujeito e o objeto de discurso antropológico.

A destituição temporal do Outro sempre se ocasiona de tal modo que continua integrado em conceitos espaciais de lógica, ou seja, como ordem, diferença e oposição (p.147). Tudo isso aponta como muito moderno e, na verdade, é ritualmente assegurado por antropólogos contemporâneos, especificamente a ideia que o não ocidental retrata um problema. Ambiguidade e dúvida são o dado primário, ambas são o encargo ou o problema, não as imagens simbólicas pelas quais são provocadas. A abordagem simbólica é aquele componente de uma teoria geral de sinais que opera mais diretamente como um método de redução de ansiedade.

Está evidente que a teoria do simbólico como uma fração de uma teoria da história (p.150). Como tal, ela é uma Teoria sobre o Tempo, uma teoria que “temporaliza” os vínculos entre as culturas ocidentais e não ocidentais. O simbólico, contudo, é nitidamente o Outro. A antropologia simbólica partilha com o estruturalismo a desconsideração pelo empirismo bruto; ela é menos entusiasmada em comparação a suas apreensões com a classificação e representação taxonômica.

Na medida em que a antropologia perdura retida em mediações e simbólicas cujo valor ninguém contraria, mas que, afinal, deveriam ser o campo de encontro com o Outro em modos dialéticos de embate, instigação e contrassenso, não o escudo protetor que as culturas discorrem, umas contra as outras. Tendo se transposto para um nível mais elevado de contração visuoespacial e, portanto, de distanciamento temporal, a antropologia simbólica pode, na realidade, estar abundante em relação à questão da coetaneidade (p.157). Como uma ideologia, pode amplificar e adentrar o fosso entre o Ocidente e o Outro.

As sociedades primitivas são regidas pela “razão cultural (simbólica)”, e necessitam ser compreendidas em seus termos (p.158). Se essa premissa guiasse as conclusões radicais. Desse modo, é necessário afirmar que o sentido e o significado só conseguem ser identificados nas sociedades primitivas, enquanto que a civilização ocidental é somente o efeito de mecanismos econômicos e relações pragmáticas. O autor apresenta a apontar que mesmo a sociedade americana contemporânea possui “cultura”, ou seja, de certo modo, guiado pela razão simbólica cuja lógica não é redutível a preocupações de ordem prática.

2. A GEOPOLÍTICA DE GOLBERY DO COUTO E SILVA

Em primeiro lugar, a bibliografia sobre ditadura militar não costuma pensar sobre esse enfoque teórico, por isso, neste trabalho está sendo realizado algo que faça um pouco as vezes de revisão bibliográfica sobre o tema. A historiografia sobre o Regime Empresarial-Militar Brasileiro (1965-1985) é basicamente toda ela política, sócio-econômica ou cultural. Há poucos estudos teóricos historiográficos de trabalhos cuja proposta analítica seja via teoria da história e história da historiografia. Analisar o texto de Golbery pela via da cronopolítica não é óbvio, nem simples, nem algo já feito. Entretanto, é necessário, porque os(as) historiadores possuem um receio de estudar este período da história na perspectiva teórica e historiográfica, além disso, não existe alguma pesquisa ou estudo historiográfico sobre a raiz da problema, isto é, a base ideológica da ditadura e muitas vezes os(as) intelectuais não possuem conhecimento de onde surgiu, por exemplo, a aversão ao comunismo ou aversão às minorias sociais. Nesse sentido, é essencial preencher esta lacuna e investigar a fundo esta problemática.

Borges (2014, p.15)³ afirma que nos anos de 1970, dois terços da população latina residiam sobre o regime militar. Desde o princípio, do Brasil republicano, as Forças Armadas Brasileiras sempre foram atores políticos em determinados momentos de crise institucional. Anteriormente a 1964, o aparelho militar brasileiro se manifestou na condição arbitral tutelar, isto é, durante uma ameaça ou uma possível intimidação os militares deslocavam-se dos quartéis, interviam na ordem pública-política brasileira e em seguida transferiam o poder para os civis. Contudo, após 1964, as FAB interferiram no poder político público brasileiro e não transferiram o poder aos civis, visto que, esses agentes tomaram conta desse poder.

Os militares pretendiam reforçar a autoridade pública, centralizar as ações política e administrativas no aparelho do Estado, de modo que fosse possível controlar a mobilização sociopolítica, especialmente nos anos de 1950, no contexto da industrialização brasileira e o desencadeamento do processo de urbanização (p.16). Nesse sentido, os militares buscavam homogeneizar a instituição, atrelado ao diálogo de aproximação entre setores militares e civis, que finalmente é concretizada com a criação da Escola Superior de Guerra que determinou a execução de seu programa.

Desse modo, a Escola Superior de Guerra encaminha a estudar e teorizar a Doutrina de Segurança Nacional, que fornece o conteúdo doutrinário e ideológico para a execução e manutenção do poder do golpe de 1964 (p.16). A origem dos intervencionistas militares

³ BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; NOVAES, Lucilia de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar movimentos sociais em fins do século XX**. 7º. ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 2014. v. 4, cap. 1, p. 13-42.

concebeu dentro do Estado, na esfera política as interferências dos soldados é analisada como legítima e necessária para preservar a ordem institucional, que mantém a maioria dos interesses da população.

O conceito de Doutrina de Segurança Nacional surgiu somente a partir da Segunda Guerra Mundial, todavia nos anos de 1930, esse ideal já manifesta-se entre os militares brasileiros (p.19). A insurreição de 1964, controlou o poder através dos militares, porém houve a participação de setores da sociedade, empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e militares originários da ESG que coordenaram as iniciativas dos conspiradores civis e militares. A ESG, foi erguida em 1949, com colaborações dos norte-americanos e franceses, que detinham como pretensão treinar pessoas de alto nível para exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional.

Anteriormente a 1964, os militares intercediam na democracia e política brasileira na justificativa de organizar, para posteriormente devolver o papel para os civis (p.20). O golpe de 1964, foi operado e financiado por uma pequena burguesia para manter a supremacia e os privilégios dessa classe. O regime militar pode ser dividido em três fases. A primeira fase inicia com o golpe militar e estende até a publicação do Ato Institucional 5. Já, a segunda fase, perdura do AI-5, além da liberação política, com a revogação dessa medida. Por fim, a última fase consiste na liberação política, por Geisel, e em continuidade por João Figueiredo.

Dentre os diversos papéis efetuados pelo aparelho militar, o que mais destaca é o aparelho repressivo, arquitetado e implementado pelo Serviço Nacional de Informações, baseado na teoria da Doutrina de Segurança Nacional. Inclusive, o General Golbery do Couto e Silva apelida o aparelho repressivo de monstro, por causa do seu crescimento e de suas ações terroristas (p.23). A principal base ideológica do regime de 1964, consiste no Plano de Doutrina de Segurança Nacional, originário dos Estados Unidos. Concebeu-se durante a Guerra Fria que prega a instalação e a manutenção de um Estado forte ou de uma determinada ordem social, além de ser uma manifestação ideológica que debruça sobre uma ideia de guerra permanente e total entre o Comunismo e os países ocidentais.

O principal inimigo da Doutrina de Segurança Nacional é o Comunismo. É necessário combater os comunistas internos e externos com repressão e infiltração (p.24). Vale ressaltar que a Doutrina de Segurança Nacional opera com a conjuntura internacional aliada com a Geopolítica. O autor define o conceito de Geopolítica como uma teoria do Estado para o Estado, especialmente de um Estado com perfil militar. Essa ideia é presente em um governo absoluto, comandado por um ditador ou por forças armadas.

O General Golbery do Couto e Silva atuou como um dos principais ideólogos do regime militar brasileiro, após a concretização da tomada do poder (p.26). O militar ocupou cargos estratégicos no governo de Castelo Branco, como ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, sob tutela de Ernesto Geisel, encarregou-se do ministro-chefe da Casa-Civil, e no de João Figueiredo dirigiu-se também como ministro-chefe da Casa-Civil. Além disso, o General criou o sistema de segurança e informações dos governos militares, o papel de principal estratégia na elaboração do processo de abertura política, iniciado em Geisel.

A Doutrina de Segurança Nacional denomina autodotada, considerando-se a sua condição revolucionária (p.27). A ideologia do regime detém poder suficiente para eliminar seus inimigos, consolidar o movimento revolucionário e consolidar os poderes é uma forma de manutenção do regime. O conjunto de ideais usa o quadro global como ferramenta de guerra. A doutrina sempre enfoca na separação do inimigo entre os outros cidadãos, para aniquilá-los, além de incentivar os cidadãos a combaterem os maus vistos pelo regime.

Em meados de 1970, a historiografia brasileira já debatia se a Doutrina de Segurança Nacional era mentalidade e/ou ideologia (p.37). É fato que a Doutrina era uma ideologia, porquanto fornecia a estrutura necessária para conservar as estruturas necessárias do regime. A DSN promove um novo papel para os militares, no qual consistia em intervirem e tomarem posse da política. Para impor autoridade, os comandantes utilizaram como recurso a polícia e a censura política, além de criar, manter um clima e sustentar a narrativa da presença do inimigo é um meio de reter o regime todas suas atrocidades.

Os serviços militares de inteligência assumiram o papel de controle e combate das ameaças comunistas contra a democracia (p.38). A Escola Superior de Guerra foi criada em 1949, por meio do exército brasileiro e se tornou o bastião do anticomunismo e defensora do livre comércio. Os alunos dessa instituição são chamados de estagiários, são treinados na ideia que o inimigo interno está infiltrado em toda a sociedade brasileira, buscam tomarem o poder e transformarem o país numa república totalitária.

2.1 CONJUNTURA POLÍTICA NACIONAL O PODER EXECUTIVO & GEOPOLÍTICA DO BRASIL.

Neste subitem, a obra de Silva (1981)⁴ é uma coleção de documentos brasileiros produzidos por General Golbery do Couto e Silva, organizada por Afonso Arinos de Melo Franco, que está na 3ª edição. Aborda sobre a centralidade dessa argumentação "temporal" no interior de uma política do tempo da Ditadura Militar que imaginava associar o Brasil a um tempo universal, de civilização e progresso, pela via do alinhamento estratégico automático aos EUA.

Os militares que atuaram no Golpe e também Golbery fazem referência ao episódio de 31 de março de 1964, como A Revolução, de maneira oposta ao Golpe Militar (p.12). Além disso, o general afirma que o golpe não teve nenhuma intenção estabelecida, contudo na realidade o argumento encaminhou-se como manutenção da ordem pública, com intuito de impossibilitar a implementação do Comunismo, medo predominante no período do contexto da Guerra Fria (Koselleck, 1999)⁵. Outra justificativa também é derivada pela economia inflacionada. Os guerrilheiros, o movimento armado e opositor à ditadura foram caracterizados como terroristas urbanorural.

A proposta política da ditadura era transformar o Brasil numa grande potência (p.22). No decorrer da obra o autor caracteriza o Golpe de 64 como revolução e também ressalta que no regime militar ocorreu uma centralização de poder, pois os militares lideraram e assumiram frente de todas as diretrizes governamentais. Por volta de 1970, sucedeu o ápice da centralização político-administrativa pelo governo militar. Em contrapartida, ocorreu o gradativo movimento do fim do regime militar, orquestrado pela oposição. O meio que a resistência deparou de descentralizar o poder, foi por meio da comunicação social, como forma de ataque e crítica ao Estado autoritário. Como resposta, o regime político aderiu à Lei de Censura à Imprensa, em conformidade com Fico (2020, p.188)⁶.

O argumento para o processo de abertura política ser lenta e gradual, fundamenta-se nas prováveis amedrontamentos dos inimigos poderem conquistarem o controle do país (p.24). Desse modo, para impossibilitar isso era necessário atentar as esferas governamentais para

⁴ SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. 273 p. v. 190.

⁵ Koselleck caracteriza a Guerra Fria como uma guerra pela hegemonia do tempo moderno, e pelo tempo da história, portanto, uma cronopolítica. KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. 1. ed. Brasil: Contraponto, 1999. 256 p

⁶ FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - O Tempo do regime autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização (1964-1985)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 4, cap. 4, p. 135-178.

dificultar a tomada do poder pelos comunistas, por exemplo, uma medida de descentralização do poder no procedimento de abertura democrática foi a liberação da censura à imprensa. É importante destacar que o general sempre evidencia em debate uma bipolaridade de um ponto benéfico contra o outro ponto maléfico, a exemplo de, governo versus oposição, revolução versus antirrevolução. Como consequência, dependendo das escolha(s) tomada(s) abre espaço para a alegação das atrocidades realizadas durante o regime.

A ditadura militar detinha uma forma de se encarregar com seus principais inimigos e como lidar com esses. A frente sindical, caracterizado como movimento grevista que atuava de maneira revolucionária, de maneira oposta de negociar de modo democrático e a solução para encarar com o grupo sindicalista era exterminar os sindicalistas. A frente estudantil não era reconhecida legalmente, independente de qualquer agremiação educacional, assim como alianças estranhas entre professores(as) e alunos(as), a fim de denunciarem para as autoridades competentes e cabíveis. A frente parlamentar era proibida de realizar manifestações impróprias e agressivas, caso descumprisse era penalizada através de providências legais. A frente dos meios de comunicação era reprimida com atuações ilegais pelos meios que a justiça oferecia (p.34).

Decorre no argumento a necessidade da segurança nacional contra as ameaças externas de além-mar, ou seja, os comunistas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a China (p.3). O general destaca que há bipolaridade como um antagonismo versus protagonismo entre o Ocidente cristão e o Oriente comunista. O autor caracteriza as minorias sociais como usurpadoras e tirânicas, além de expressar um sentimento de ódio e repulsa por esses movimentos sociais. O general culpabiliza o intelectual Hobbes como o responsável por criar a base das ideias comunistas que ameaçam o liberalismo.

A diplomacia é um recurso para preservar conflitos e também a guerra é um modo de solucionar esse conflito por um todo (p.12). Apesar disso, o autor compara a Guerra Fria e a ditadura militar com a Idade Média, por causa dos constantes conflitos entre países e as frequentes guerras. O general evidencia que a guerra moderna decorre em uma guerra em todas as esferas da sociedade, a título de exemplo, guerra política, guerra econômica, guerra psicológica e a guerra social.

A Liga das Nações nasceu de um infeliz aborto fruto do idealismo utópico e a Organizações das Nações da Unidas é dotada de um estranho sistema de paternalismo político (p.22). O autor afirma que os acordos de paz, prejudicam os grandes países, porque são punidos mais vezes, o que acarreta no crescimento das pequenas nações em consequência dessas grandes nações e sobressaem com números maiores de vantagens.

A guerra alcança todos os setores da sociedade e muda a paz por um clima de guerra, por um clima de guerra e tensão, por isso, o general critica o termo “Guerra Fria” (p.24). Nesse sentido, no decorrer de um conflito, nem sempre o uso da força é uma arma eficaz e também resulta na chave da vitória, pois há outros tipos de armas, por exemplo, armas econômicas e armas políticas. Vale ressaltar, que no percurso de conflagração ocorre de variadas formas de estratégias que são fundamentais para batalhar e também auxiliam na vitória, que são estratégia política, estratégia econômica, estratégia psicossocial e estratégia militar.

O conceito de Geopolítica é definido como a arte de guiar a política, consciência geográfica do Estado, ciência da terra com os processos políticos, baseia-se na geografia política, estudo do Estado como organismo geográfico e proporciona armas para a ação política (p.34). A geopolítica adota o espaço físico como um elemento para interpretar a realidade e auxilia na conquista do domínio e expansão territorial. Um dos objetivos da Geopolítica atrelada com o Plano de Doutrina de Segurança Nacional era incluir o regime militar como um todo e de reafirmar a soberania norte-americana que estava ameaçada pela URSS e a China.

Nesse sentido, para fundamentar a geopolítica que orientava a ditadura, foi preciso ter uma imaginação histórica sobre o tempo, o progresso, a modernidade e a modernização do Brasil (p.38). Essa imaginação histórica é profundamente dependente de uma filosofia da história parecida com aquela que o Johannes Fabian analisou no coração da ciência antropológica. Essa imaginação que (con)funde raça, nacionalidade, tempo (avanço ou atraso), nós e o outro, é o fundamento da política do tempo na geopolítica e da ditadura .

Admite-se evidentemente há necessidade de buscar estudar a densidade populacional do Brasil, desde a invasão portuguesa até por volta de 1950, período que o autor pesquisa suas referências para publicar esta obra, com intuito de seu estudo englobar o Plano de Doutrina de Segurança Nacional para povoar as regiões com baixas densidades populacional e doutrinar essas populações para combaterem os inimigos que são os comunistas, que na visão dos militares é a melhor forma de combate (p.38). É nítido um movimento de saudosismo e exaltação dos invasores de portugueses que acarretaram um extermínio de vários povos originários. Também ocorre um agradecimento para os colonizadores portugueses por terem povoado o Brasil, todavia é crucial afirmar salientar que antes do processo de invasão essas terras já eram habitadas por povos indígenas. Todo esse imaginário é histórico. Não é só ideológico, porque foi dos militares ou da caserna, ou da ditadura. Essa imaginação histórica foi ensinada nas escolas brasileiras durante décadas.

É evidente que o general contém um sentimento de engrandecimento do Brasil com os Estados Unidos, ao ponto do autor afirma que existe uma relação de irmandade entre os dois

países, porém historicamente nunca existiu um vínculo de irmandade e tampouco nem recíproca (p.49). Outro ponto interessante de ser analisado, é a justificativa dos Estados Unidos para iniciar a Guerra Fria, pois o símbolo do Capitalismo fica fora do seu isolamento, ou seja, uma posição não harmônica, motivada pela URSS e o Comunismo ameaçarem diretamente a hegemonia norte-americana.

A potência capitalista reconhece o arsenal bélico brasileiro, todavia o Brasil necessita do apoio norte-americano para autodefesa do território brasileiro, bem como o apoio e a defesa norte-americana pelo mar (p.50). A localização estratégica da região do Nordeste brasileiro é útil para utilizar a região como porta-aviões, bases militares e porta-mísseis para atacar os comunistas, caso seja preciso. Por meio de um olhar crítico, o interesse dos EUA no Brasil também é motivado pelas riquezas naturais.

No decorrer de sua obra, o militar sempre descreve a URSS e os Estados Unidos, protagonistas da Guerra Fria, mais o Brasil (p.52). De um lado, os EUA e o Brasil como civilizados e cristãos. Enquanto, a URSS imperialista e comunista. Observa-se mais uma vez o uso da dualidade, dividido entre um lado “bom” representado pelo Ocidente e do outro lado “ruim” representado pelo Oriente. Em continuidade, o autor mais uma vez conceitua a Geopolítica como fundamentação geográfica de linhas de ação políticas. Além disso, o militar difere a Geopolítica da “Geistória”. O primeiro conceito é caracterizado como atual, visa o futuro e é um ramo importante da política. Já o segundo termo reporta de todo o presente e é um componente da ciência histórica.

É destacado a importância do Nordeste brasileiro, especialmente sua posição e localização geográfica que grande parte do seu território é banhado pelo Oceano Atlântico, além disso, a América Latina é uma chave estratégica para o Ocidente, devido ao tráfego marítimo-aéreo (p.55). Dentro da perspectiva do Plano de Doutrina de Segurança Nacional, decorre na ideia da Fortaleza Americana, isto é, territórios cruciais e estratégicos para a segurança e soberania dos EUA. Na ótica dos militares, é essencial construir um laço de irmandade para garantir a segurança dessas regiões, caso contrário os comunistas detém grandes chances de invadirem essas localidades que acarreta na derrota do Ocidente cristão e dos norte-americanos.

Utiliza-se dos ideais de Gilberto Freyre sobre a democracia racial e o processo de miscigenação brasileira (p.71). O autor aborda a questão escravista e descreve o trabalho escravizado como um trabalho servil, obviamente foi um trabalho forçado e escravizado, condições de trabalho péssimas e desumanas, sobretudo foi um. Para o general os valores e morais de uma civilização Ocidental são fundamentados nos princípios da justiça social e da moral cristã.

É ressaltado que os marxistas, esquerda, facções e partidos clandestinos tentam tomar o poder do Estado (p.98). É notável, a ideia do autor de comparar a esquerda com criminosos. Outro ponto colocado em pauta pelo general é que as grandes minorias e suas pautas importunam a lealdade do cidadão comum sobre a noção. Na visão, do militar a definição de ser nacionalista é posicionar a nação do indivíduo em primeiro lugar, e acima de qualquer doutrina, religião, facção, ideologia e interesses individuais ou coletivos. Ser nacionalista enquanto perdurar a nação. Conforme o escritor, os comunistas e a classe proletariada são pseudonacionalistas, porque são muitos partidaristas, sectários e classistas.

Desse modo, o autor exalta as raízes do Ocidente que são a Revolução Francesa, o consulado napoleônico e as ruínas do Sacro Império Romano no que originaram e serviram de fundamento para erguer o Ocidente democrático (p.100). Em contraponto, o autor critica o Nacionalismo proveniente da URSS que usufrui do objetivo de destruir as democracias pertencentes ao Ocidente. Um dos pontos importantes do Plano de Doutrina de Segurança Nacional é fundamentado na construção e colocar em prática uma geopolítica estratégica que engloba os países sul-americanos com o Ocidente.

Os países colonizados do continente africano e do continente asiático são caracterizados como atrasados, inferiores e estão encaminhando para o progresso da democracia (p.101). O general aponta para os países da América Latina como subdesenvolvidos e apresentam inúmeras carências, apesar de serem independentes politicamente, o que permite o desenvolvimento do Nacionalismo. O escritor refere a ordem das relações e como se relacionam entre si, baseado numa ramificação que pode ocorrer de baixo para cima e de cima para baixo: Geopolítica, Política, Estratégia e Estados.

Existem outros ramos da Geopolítica, ou seja, este ramo da ciência pode ser utilizado para apaziguar um conflito ou uma guerra, ao invés de ser utilizado como uma arma de guerra (p.102). O autor debate que nunca na história da humanidade a comunicação tornou-se potente a ponto de permitir os Estados-Nações comunicarem entre si como na atualidade. O general usa uma analogia que o mundo tornou-se somente um. Nesse sentido, com o mundo globalizado, os países estão conectados, por isso, é necessário agir de modo racional na Geopolítica internacional, visto que, qualquer ação pode desencadear um motivo para uma grande guerra internacional.

A Geopolítica possui em vista, o Estado como uma unidade e auxilia o entendimento de sua natureza. Já a Geografia Política estuda a terra como sede de comunidades humanas. Ou seja, a Geopolítica difere da Geografia Política (p.103). A Geopolítica Nacional objetiva a

sobrevivência do Estado como entidade internacional dotada de um poder soberano. Já a Geoestratégia Nacional pode visar somente a segurança do Estado-Nação.

É notável que Silva cai em contradição ao analisar alguns pontos em analisar o Brasil em sua obra, a título de exemplo, o autor argumenta que o país é rudimentar e atrasado no desenvolvimento, no que implica no empecilho do progresso (p.160). Por isso, seria preciso uma geopolítica nacional de afirmação no exterior. Em certo momento, o general exalta a nação brasileira como cristã, com valores democráticos e liberais que corre risco por uma ideologia imperialista e materialista de um Estado localizado na Eurásia, além de, enxergar os EUA como modelo de nação evoluída e também como grande país líder da América do Norte.

Emprega o uso da dualidade e o antagonismos juntos no decorrer de sua obra, seja para descrever os países ou grupos de pessoas (p.161). A Rússia e seus aliados são caracterizados como materialistas, comunistas, orientalistas, totalitários, despóticos e pólo agressor. Já os Estados Unidos e seus coligados são descritos como ocidentais, democráticos, cristãos e civilizados. O general concebe um esboço da sociedade do Ocidente dividida em duas partes, de um lado um corpo social composto por massas desamparadas e de outro lado elites cansadas de seu poder esgotador. Além disso, o autor aprofunda nas raízes da criação do Ocidente que são uma raiz europeia, cristã (católica) e nórdica.

A ciência, a democracia e o cristianismo são os pilares que sustentam a civilização ocidental (p.170). O militar afirma que o cristianismo foi o fator chave para a Europa se desenvolver e progredir, a ponto de ser mais modernizado e comparar com outros continentes. De acordo com o escritor, a China e a URSS, possuem como método lançarem guerras localizadas ao longo do globo. No mesmo momento em que, os EUA se encontram numa posição obrigatória de intervir diretamente com suas próprias mãos, por isso, o símbolo do capitalismo adota uma posição mais rígida. Desse modo, os comunistas querem de todo modo sufocarem a democracia liberal do Ocidente.

A pior ideologia é o Comunismo criado por Marx e Engels, adepto por Lênin, da Rússia, e Mao Tse Tung, da China (p.170). O Comunismo atrapalha a hegemonia do Ocidente e a cristandade. O conflito da Guerra Fria é uma batalha mais política, do que militar. O Brasil depende do Ocidente nos seguintes aspectos: o comércio, o desenvolvimento econômico, o progresso econômico, o técnico e cultural, principalmente pela sua segurança. Por fim, o escritor inviabiliza os povos originários, pelo motivo de agradecerem os europeus por terem invadido o Brasil e terem colaborado com a ocupação dessas terras que estavam vazias e inabitáveis. Além disso, o general agradece aos portugueses por portarem a fé cristã, em especial o Catolicismo, juntamente com as ideias democráticas e cristãs do Ocidente.

2.2 O TEMPO HISTÓRICO IRREVERSÍVEL SOBRE A DISTÂNCIA TEMPORAL

Para Bevernage (2020, p.133)⁷ a ênfase sobre o tempo histórico irreversível sobre a distância temporal ou a ausência do passado tende a produzir o efeito político de deixar passar os passados e de indiretamente facilitar a impunidade. O autor fomenta sobre a necessidade da importância do potencial performativo do discurso histórico é na maioria dos casos negada, além disso, o escritor foca na performatividade não resulta em minimizar a importância da verdade histórica ou da carência de reconhecimento oficial.

Retornar-se conscientemente para o discurso histórico, por causa do seu potencial performativo, ou que eles premeditadamente esforçaram-se numa política do tempo para recompor o sentido moderno de uma ruptura entre o passado e o presente e declarar que o Outro devem estar fora do tempo (p.169). Embora a performatividade discursiva e a política do tempo podem resultar em consequências reais que podem ser desejáveis ou indesejáveis.

A história é pontuada que não equipa essencialmente continuidade histórica, porém anteriormente, é utilizada para gerar uma forma de descontinuidade histórica (p.170). Apesar do uso do discurso histórico à primeira vista apresenta estar encaminhado ao próprio passado histórico, seu principal foco, de fato, é a edificação de um presente simultâneo ou contemporâneo, livre do passado assombroso. Em outras palavras, pode-se afirmar que o discurso histórico é inserido no contexto da justiça de transição ou de passados assombrosos com intuito de alterar o passado irrevogável em irreversível.

O discurso da história já opera pontuando que alguns fenômenos referem ao seu domínio ou objeto epistemológico (p.173). Dispondo certos acontecimentos como passados e distinguindo-os do presente, o tempo irreversível da história conjura ativamente o passado assombroso, no mínimo na mesma quantidade em que caracteriza ou analisa. Isso pode desvendar a forma estranhamente obsessiva em que a história se refere a atrocidade da Ditadura Militar como crimes do passado, mesmo que tenha ocorrido há poucos anos. A descrição dos crimes e de todas as atrocidades como referentes ao “passado” em significado comum e cronológico reflete na conotação de que são “passados” no sentido substancial de “passado”, “morto” ou “acabado”.

O Tempo e o Outro, de Johannes Fabian, comprova fortemente como a antropologia usa uma política do Tempo para construir seu objeto de pesquisa, o Outro (p.256). O Tempo no discurso antropológico quase invariavelmente foi utilizado para afastar o observador do

⁷ BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado Tempo e Justiça**. Brasil: Milfontes, 2020. 419 p.

observado, uma tendência persistente e sistemática para posicionar o(s) referente(s) da antropologia em um outro Tempo, ou seja, o presente do produtor do discurso antropológico.

A utilização de inúmeros de dispositivos distanciadores temporais executa um resultado global negativo, porquanto tende a representar a distribuição espacial da humanidade como uma sequência evolucionária no tempo, de modo que todas as culturas que não pertencem ao Ocidentes venham a serem visualizadas como arcaicas ou “atrás” no tempo (p.256). A negação da coexistência pode executar como uma condição de dominação. Em relação a Fabian poderia-se argumentar que ao invés de negar a real não contemporaneidade entre o Ocidente e o não Ocidente, a suposta contemporaneidade do Ocidente consiga mesmo tem que ser questionada e criticada. A geopolítica tem suas fundações ideológicas na cronopolítica.

No pensamento ocidental moderno, a relação entre história e justiça é fortemente regida pelo pressuposto disseminado de que o passado está ausente ou distante (p.257). Como resultado dessa pressuposição, a capacidade da história de contribuir para a justiça é muitas vezes presumida como mínima. O escritor argumenta que a virada das comissões da verdade para a história deve ser vista primeiramente como parte de uma política do tempo.

Nesse sentido, no campo da justiça de transição, a performatividade do discurso histórica surge como uma tendência para restaurar ou criar uma ruptura entre o passado e o presente por reforçar ou impor um senso de “distância” temporal, todavia ocasionalmente também se modifica em uma ação alocronista que simbolicamente destina às pessoas no tempo e as marcam como anacronismos vivos (p.257). O uso do tempo absoluto, vazio e homogêneo e o fenômeno do historicismo, do modernismo e o secularismo, que tomados em conjunto alteraram a ideia de um passado insistente em uma inconsistência lógica.

No entanto, pela reformulação de questões de lembrança e esquecimento em termos de conceitos distintos de tempo que implicam, tem tentado apontar a natureza absolutamente política. Em grande medida o embate entre lembrar e esquecer cerca a questão política indecisa sobre como relacionar as dimensões temporais do passado e do presente (p.258). O ponto sobre essas políticas do tempo concede ir além da ideia de uma contraposição absoluta entre lembrança e esquecimento por diferenciar entre meios radicalmente distintos de lembrança.

O conceito de Geopolítica na história científica é recente, todavia a ideia não, visto que, Heródoto aplicava este conceito em suas obras (p.13). A geopolítica é caracterizada com base da ação política, além disso, consiste em uma arte de guiar e orientar o Estado. Em linhas gerais, a geopolítica de um Estado não se limita somente à fronteira, e sim ao espaço político, por exemplo, as fronteiras políticas. A geopolítica vai além do espaço físico, é algo abstrato que o

ser humano não pode tocar e analisa a questão econômica e as relações econômicas com outros países e o comércio exterior.

A ideia de Segurança Nacional também é denominada por muitos como Grande Estratégia ou Estratégia Geral, competência ligada ao governo (p.14). Dentro do Plano de Doutrina, decorrem outros tipos de estratégias que operam como os pilares da governança e cada uma atua em uma área específica. Ao longo de sua obra, o autor reforça a preocupação dos Estados Unidos com a América Latina após a Revolução Cubana, em 1959. Inclusive os norte-americanos enfatizam as preocupações do Brasil e também com os ideais geopolíticos, armarem os brasileiros contra os comunistas para o país não se tornar uma nova Cuba. Caso fosse necessário, os EUA utilizariam o poder marítimo para intervir no Brasil.

Enquanto os países hispânicos estavam posicionados contra os EUA, o Brasil estava aliado com os norte-americanos (p.52). Afinal, a geopolítica dos dois países estavam em comum acordo. É válido identificar, que os Estados Unidos estavam interessados nas riquezas naturais brasileiras visando o lucro para o comércio, principalmente nas riquezas naturais da Amazônia que eram valiosas e lucravam com o comércio de produtos manufaturados. O general destaca a floresta amazônica como uma barreira natural para impedir a invasão dos inimigos e também dos inimigos vizinhos.

Ademais, os Estados Unidos estudaram a geografia brasileira e detinham um plano, se porventura o Brasil se rebelasse contra o país norte-americano. Os EUA estavam interessados no Nordeste brasileiro, porque era uma posição estratégica para servir de bases militares a fim de combater as bases militares da URSS que estavam instaladas no continente africano. Todavia, ao longo de sua obra, Golbery (p.53) se posicionou contra essa ideia, visto que, o Brasil não deveria ceder seu território e colocar sua soberania em risco, em troca de poucas vantagens oferecidas pelos EUA. A construção da capital do Brasil, Brasília, consistiu na finalidade de base militar para rechaçar o comunismo.

A geohistória é o próprio conceito da Geografia Política, pois é a ciência que reconstrói a geografia do passado e analisa as modificações geográficas, de acordo com o tempo (p.66). A discussão da substituição do termo Geopolítica para Geohistória, na intenção do novo conceito ter um propósito maior de compreensão dos fatos, ao contrário de justificar, contudo esse termo é ambíguo, dado que a Geohistória soa no sentido de estudo da história da Terra e sua evolução, e não um ramo particular da ciência histórica.

A geopolítica brasileira no campo interno detêm como objetivo o amplo domínio e controle do território nacional, um desses meios é o povoamento das zonas não ecumênicas. (p. 67). Já a geopolítica brasileira no campo externo decorre com foco de proteger o território

brasileiro e guardar o povo das ameaças e inimigos do exterior. A geopolítica brasileira sempre salienta a necessidade de manter os laços e as relações com os EUA para zelar ambos do inimigo.

Afirma que em sua grande maioria, os países da América Latina, eram Estados velhos, isto é, eram independentes politicamente, entretanto estavam vivenciando um processo de formação nacionalista (p.76). As colônias da Ásia e da África lutavam pela sua independência e possuem o Nacionalismo como primitivo e tribalista. Sob a ótica do espírito nacionalista e também da geopolítica ocorrem os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP), que são interesses e metas políticas, cada período histórico os interesses variam conforme o tempo. Dessa forma, a geopolítica coopera com o ONP, por causa de, compreender as proposições políticas baseadas na realidade geográfica e a fundamentação territorial.

Durante a Ditadura, detém um plano de povoar o Brasil em zonas com baixas densidades demográficas, por exemplo, a Chapada Diamantina. O Nordeste iniciou o processo de povoamento, mas permanece baixo (p.82). A construção, inauguração e povoamento da nova capital do Brasil, Brasília, é um meio de povoar e reorientar a população para o Centro-Oeste. Projeto de investimento em portos, rodovias e ferrovias, porque essas infraestruturas são precárias e atrasam o progresso da nação, além disso, essas políticas de investimento acarretaria no povoamento ao longo do percurso das rodovias, portos e ferrovias. É possível identificar neste trecho o elemento do atraso, a internalização do outro(aquele da antropologia) que Johannes Fabian aponta como o indício do atraso como ausência de modernidade, de progresso, de industrialização.

Há uma necessidade do Brasil ocupar e dominar a Antártida, pois a localidade é um ponto estratégico de invasão usado pela URSS para atacar a América Latina (p.84). O continente africano como uma posição estratégica pela localização entre os dois blocos antagônicos, o México como um forte armado e poderoso para o Ocidente, devido a localização dos EUA.

A geopolítica por outro ângulo possibilita analisar o progresso contínuo da ciência, permite o ampliamto do homem, novos meios de transporte e também de comunicação que facilitam os Estados-Nações de efetivarem seus poderes (p.104). A classificação de Estratégia, no âmbito militar, é voltado para o matemático-científico, além de, auxiliar a combater os inimigos e arquitetar um plano para deter a base inimiga e é uma arte encaixável em qualquer área ou categoria. A estratégia nacional é um elemento importante para enquadrar na conjuntura mundial e olhar o mundo na sua totalidade global.

2.3 O OUTRO NA ÓTICA DE SILVA

Há uma diferença da Geografia da Geopolítica (p.166). A Geografia é o estudo da terra. Ao passo que, a Geopolítica é o estudo do Estado ocupado em um espaço geográfico, um pedaço de terra relaciona ou interfere no domínio político e o planejamento político de segurança de um país levando em conta os fatores geográficos. O autor debate que não decorre de uma geopolítica geral, ou seja, que engloba todos os países, e sim uma política referente para cada país.

O Brasil é um país cristão, democrático e liberal que integra o Ocidente e está ameaçado pela ideologia comunista (p.175). O autor pontua que o Brasil necessita superar a rivalidade com outros países da América Latina para unir fronteiras latinas, prevenir e combater as ameaças comunistas que rondam o continente americano. Para o general, os países da América Latina têm o dever de defender a civilização ocidental da ameaça comunista da URSS e também da China que rondam e ameaçam a soberania ocidental, colaborar com os países subdesenvolvidos e com outras nações que estão do outro lado do oceano. Com a finalidade de serem uma resistência contra o comunismo e fortalecer o capitalismo, diante da conjuntura internacional.

É frisado para o continente sul americano a cautela para não cair em esquecimento o fato de combater as ameaças internas e focar somente nas ameaças externas, pois em um dado momento, as ameaças internas podem se tornar um problema maior que as externas (p.181). Os países sul-americanos não possuem boas relações com os EUA, porém para o autor é essencial deixar essas indiferenças de lado e unirem aos norte-americanos para combaterem os comunistas que são extracontinentais.

Descreve-se as Janelas do Brasil, isto é, os pilares que constituem o Estado e correspondem ao Mundo Lusobrasileiro, o Mundo Latino, o Mundo Católico e o Mundo Subdesenvolvido (p.207). O militar exalta o papel conservador do Cristianismo, com enfoque no Catolicismo, que moldou o Nacionalismo e o Estado, conjuntura fundamental na civilização Ocidental. Para o escritor, o motivo da Europa ter progredido e se destacado no contexto global foi o Cristianismo, além do tripé da civilização Ocidental ser a ciência, a democracia e o Cristianismo.

É destacado que o Brasil provém do Cristianismo, de origem ocidental (p.201). No decorrer da obra, é nítido que o general inviabiliza os povos originários que já ocupavam esse território anterior da invasão dos portugueses, além de ter um sentimento de monumentalização dos “colonizadores”, que custou a vida de milhões de vidas dos indígenas sob uma retórica de os povos originários não possuírem cultura. Em conclusão, o militar pontua que Marx e Engels

como antidemocráticos e anticristãos, pelo fato de criarem os ideais do Comunismo, demoniza a Rússia de Lênin e a China de Mao Tse Tung como uma contraresposta ao Ocidente cristão e democrático.

2.4 O MODERNO COMO FERRAMENTA DE COLONIZAÇÃO

Na análise de Osborne (1995, p.16)⁸ na medida em que a Modernidade é compreendida como uma categoria periodizante no significado pleno de registrar uma quebra, não apenas cronologicamente no tempo histórico, determina uma diferença entre o caráter de seu próprio tempo e aquele que o antecede. Essa distinção exerceu de fundamento para mudança no final do século XVIII, no sentido dos conceitos de progresso e desenvolvimento, o que os revela os precursores dos conceitos de modernização após o século XX. Para o ideal de não contemporaneidade de segmentos variados geograficamente, todavia cronologicamente sincrônicos, períodos que assim se evoluem, no contexto de experiência colonial que é o sustento para histórias universais com uma intenção cosmopolita.

Uma vez que a prática de tais de analogias foi determinada na antropologia, no discurso colonial por excelência, era naturalmente transpassável para as relações entre grupos sociais específicos, esferas e práticas dentro dos próprios países europeu, e em seguida globalmente, num discurso gradativo de diferenciação e homogeneização (p.17). Tais histórias modernizadoras, na definição que os resultados da comparações sincrônicas são coordenadas diacronicamente para resultar numa escala de desenvolvimento que determina progresso em expressões da projeção de os presentes de certas pessoas, assim como o futuro de outras pessoas, no nível do desenvolvimento da história como um todo.

Historicamente a proporção geopolítica do conceito se salienta provendo, através dos discursos do colonialismo, uma série de critérios de progresso inicialmente provindas da história dos Estados-Nações europeus e, depois, na teoria da modernização propriamente dita, da América (p.21). O autor destaca que era encargo da antropologia definir distinções históricas entre diferentes tipos de sociedades no presente. É básico, estratégias temporais foram, por conseguinte, o que Johannes Fabian descreveu como “distanciamento” e a “negação da coetaneidade”.

Outrossim, mais recentemente, a crítica da antropologia buscou partir do reconhecimento da coetaneidade (p.21). Dispõe mudado assim a problemática da representação de um questionamento estritamente epistemológico, Relativismo, de forma mais diretamente politicamente uma indagação das funções sociais das práticas representacionais. Para relacionar com a antropologia “pós-moderna”, na intenção de distinguir suas atividades das atividades coloniais no passado, é omitir-se a continuidade da estrutura temporal básica da autoidentificação histórica.

⁸ OSBORNE, Peter. **The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde**. London - New York: Verso, 1995. 285 p.

Uma vez que a ideia de Ocidente não pode ser entendida geograficamente simplesmente, ou especialmente em sua usurpação como elemento estruturalmente no seu outro não ocidental, entretanto aceitar novas formas encontradas apenas de certos outros não ocidentais (p.21). Correspondente ao modo com as relações espaciais da modernidade ao caráter colonial das suas raízes ocidentais confeccionam efeitos políticos estabelecidos por si próprios é a indagação do gênero da modernidade como modo de tempo histórico.

A cronologia por si só nunca poderia ser a medida do progresso histórico. A teoria da modernização, evidentemente, depara seu conteúdo em uma junção de aspectos quase espaciais, geopolíticos, e critérios econômicos (p.22). Por meio da diferença da temporalização da geopolítica instituidora do colonialismo que o conceito da modernidade, primeiramente veio a ser universalizado e, assim, desde então, a submeter o diferencial entre o eu e o outro, dentro de um único esquema temporal de progresso, modernização e o desenvolvimento.

O debate gira em torno do destino do conceito do Iluminismo, pois é por meio desta ideia que a modernidade adveio a ser concebida filosoficamente, não apenas como um novo período histórico ou uma nova forma de tempo histórico (p.24). Todavia, mais substancialmente efetivamente, como um projeto histórico mundial. Finalmente, a história prática do Iluminismo nas ações dos países europeus abrange formas de dominação, assim como a liberdade que, além disso, não pode ser desvinculada das contrariedades internas da formulação original do Iluminismo do conceito de razão autônoma.

Dois séculos depois, o Iluminismo ressurgiu, mas não como um caminho para o Ocidente tomar conhecimento de suas possibilidades atuais e das liberdades de ao qual podem adotarem, porém como forma de interrogá-lo sobre os seus limites e os poderes de qual abusou (p.27). O tempo cronológico dispõe uma medida para as relações entre tempos diferentes dentro desta história linear. O tempo de referência único e contínuo é na realidade completamente equivocado, visto que, não faz qualquer diferenciação clara entre a existência indiscutível desse tempo, como meio de toda história.

É citado a análise de Fabian a respeito do alocronismo, ou seja, no decorrer de sua crítica ao alocronismo da antropologia, a partir que Saussure canonizou a refutação entre sincronia e diacronia, exerceu não como uma diferenciação de relações temporais, contudo uma distinção contra o Tempo (p.27). A diacronia utiliza não se mencionar a um modo temporal de existência, entretanto a mera sequência de sistemas semiológicos uns sobre os outros. A diacronia impõe as relações sincrônicas uma após a outra, no entanto não estabelece continuidade temporal, porquanto sua sequência não é uma sequência de presentes, mas somente de estados temporais.

Por conseguinte, o termo conjuntura é usado para denotar um nível de temporalidade por direito próprio, especificamente aquilo que posicionasse entre a imobilidade relativa e a narrativa agitada de eventos. É universalizado para se referir a unidade de todos os tempos sociais, na forma de existência da formação social em qualquer momento e é o verdadeiro presente histórico, e como tal a política do tempo. Menciona (p.29) Fabian na coexistência de temporalidades distintas sem tampouco reduzi-las a uma temporalidade contemporânea presente ou transferi-las completamente do tempo. Tempos que são coevos, coexistem cronologicamente de uma forma que é premeditada pela dimensão social de suas relações espaciais, e é produtivo de mais temporalidades complexas.

Analisa (p.29) a modernidade como uma transformação efetiva da experiência histórica, que gera sentido a partir de suas relações dialéticas com a tradição. A modernidade estabelece o tempo da dialética da modernidade e da tradição como concorrentes, contudo interligadas formas de consciência histórica, ao invés de uma única forma temporal, por mais abstrata que seja. A temporalidade da modernidade se contrapõe à tradição. A questão da modernidade não é justa, ou mesmo principalmente, o dos poderes e ilusões de uma subjetividade, mas sim da temporalização da própria história.

A modernidade é um princípio, uma derrubada da tradição que envolve a inauguração de novas formas de consciência histórica (p.130). Seu presente é determinado historicamente, não apenas pela negação do passado, todavia também pela sua negação do modo passado de negação temporal, tradição. Em particular, uma forma de totalização narrativa, um tipo de narrativa do progresso é interpretada como uma restituição artificial das formas mortas de tradição. Para o autor, o historicismo é a substituição funcional dentro da consciência temporal da modernidade para a continuação do tempo histórico antecipadamente acordado na tradição.

Desta maneira, o historicismo é uma má modernidade, porque proporciona o tempo quadro para o problema da modernização e a modernização é a modernidade ruim (p.133). Na crítica do historicismo como tradição vazia, a escatologia secularizada do progresso apresenta mais intimamente ajuntada a pressupostos metafísicos de uma consciência religiosa, em comparação com uma historiografia explicitamente moldada metodologicamente em uma estruturação do messianismo judaico. A modernidade contém uma série de possíveis temporalizações da história dentro de sua forma temporal mais abstrata e fundamental. É a ideia de uma competição ou luta entre essas dessemelhantes formas de temporalização na vida corriqueira, o que desencadeia uma política do tempo.

O local da história dentro da análise como a mediação da natureza, infinito, com o social, no caso o outro, no ponto certo em que ambos os fenômenos enologia e história. Primeiro,

historicizar a abordagem, acrescentando a ontologia fenomenológica que parte com o tipo de análise histórica iminente a qual se defronta inicialmente (p.135). Em segundo lugar, estabelecer o aspecto ontológico da elaboração do autor, sobre o tempo histórico dentro de alguma noção mais aberta de história natural. Em conclusão, o Outro seja identificado como um ego, se carrega uma relação ética, por mais "outro" que seja. Caso ao contrário, seria se o outro não fosse identificado como um ego, toda a sua alteridade adentraria em colapso.

3. CONCLUSÕES

O outro da antropologia simboliza, ou seja, como Silva caracteriza como inimigo (os comunistas, a China, a URSS ou movimentos sociais) ou aliados (o Ocidente ou EUA), isto implica na forma como são analisados temporalmente. Em última análise, outros povos que estiveram presentes durante o período da Ditadura Militar. Não interessa se o que pretende é histórico ou generalizante, a antropologia não pode renunciar de sua base de conhecimento, por meio da pesquisa, em grupos ou sociedades próprias; caso contrário, já não seria antropologia, todavia especulação metafísica dissimulada de ciência empírica. Como as relações entre povos e sociedades que ensaiam, e aqueles que são estudadas, as relações entre a antropologia e seu objeto são absolutamente políticos; a produção do conhecimento decorre em um fórum público de relações envolvendo grupos, classes e nações.

Reivindicavam Tempo para acondicionar os esquemas de uma história de mão única baseada no progresso, o desenvolvimento, a Modernidade e suas negativas imagens refletidas na estagnação, o subdesenvolvimento e a tradição. Em suma, a geopolítica tem a sua base ideológica na cronopolítica e também a base teórica e filosófica da geopolítica deita raízes na cronopolítica que funda a imaginação histórica da modernidade eurocêntrica.. Nem o Espaço político nem o Tempo político são recursos naturais. Eles são ferramentas de poder ideologicamente erigidos. Grande parte dos críticos do imperialismo está pronta para reconhecer isso em relação ao Espaço. Há muito se distingue que as reivindicações imperialistas ao direito de abranger o espaço “vazio”, subutilizado e subdesenvolvido, para o bem comum da humanidade.

Nesse sentido, devem ser compreendidas como elas definitivamente são: uma calúnia gigantesca disseminada em favorecimento de uma parte da humanidade, por algumas sociedades dessa parte, e, no fim, por uma parte dessas sociedades, as suas classes predominantes. Contudo, em geral, a antropologia e a história permanecem sob o encanto de uma ficção semelhantemente mentirosa: a de que o Tempo impessoal, intergrupar e, de fato, internacional, é um Tempo público está ali para ser repleto, medido e distribuído pelos poderes constituídos.

Ocorrem indicativos tanto por historiadores e antropólogos que uma ideia tão política sobre o tempo público foi concebida nos anos seguintes da Segunda Guerra Mundial com o auxílio da antropologia. Talvez tenha sido essencial atestar os interstícios entre os jardins da cultura relativista na ocasião em que, após um embate desastroso entre as maiores potências e logo anterior da aprovação à independência política da maioria das ex-colônias, tornou-se inviável conservar o pluralismo temporal de forma radical. Teóricos e apologistas de uma nova

ordem internacional atentaram para a necessidade de resguardar a posição do Ocidente. A precisão surgiu para propiciar um meio objetivo, transcultural-temporal, para as teorias da mudança que estavam avassalando a ciência social ocidental nas décadas posteriores.

Nesse sentido, a distância, por sua vez, é aquilo de que as forças do progresso precisam de modo que ela pode ser sobrelevada no tempo. O Tempo secularizado se transformou numa forma de ocupar espaço, uma qualificação que verifica a seus titulares o direito de resguardar a ampliação do mundo para a história. Um mito insistente compartilhado por imperialistas e muito analistas ocidentais do imperialismo, com igualdade, tem ocorrido de uma obtenção, ocupação ou estabelecimento, singulares e fundamentais, do poder colonial, refere-se de um mito que tem sua complementação em equivalências noções de súbitas descolonização e independência.

A história natural, um conceito incrível até que a coextensividade de Tempo e Espaço tivesse sido consentida, fundamenta-se em uma idealização completamente especializada do Tempo, e proporcionou o paradigma para a antropologia como a ciência da evolução cultural. Cujas, seus anseios demonstrados em progresso e a história, porém suas teorias e métodos, influenciados pela geologia, a anatomia correlacionada e disciplinas científicas afins, eram taxonômicos, ao invés de genético-processuais. De forma mais importante, ao conceder que o Tempo fosse reabsorvido pela espacialidade tabular da classificação, a antropologia do século XIX promulgou um processo ideológico através das relações entre o Ocidente e o seu Outro, entre a antropologia e seu objeto, eram provindas não apenas como diferença, todavia como distância no espaço e no Tempo.

Dessa forma, Fabian (2013, p.164) demonstra que protoantropólogos do Renascimento e *philosophes* do Iluminismo com regularidade submeteram-se a simultaneidade da coexistência temporal da selvageria e civilização, pois estavam crenças da natureza cultural meramente convencional das alteridades que notavam; os antropólogos evolutivos tornaram natural a alteridade, a atuação inacreditável da atuação das leis naturais. O que sobrou, após as sociedades primitivas em esquemas evolutivos, foi a sincronia abstrata e meramente física da lei natural. Assim que captou que o trabalho de campo é um caminho de interação comunicativa com um Outro, uma ação que deve ser feita de modo coevo, conforme no Tempo intersubjetivo compartilhado e na contemporaneidade intersocial, uma oposição necessariamente manifestou entre a pesquisa e a escrita, visto que a escrita antropológica convertera-se impregnada das estratégias e mecanismos de um discurso alocrônico.

A função ideológica de regimes que fomentam o progresso, o avanço e o desenvolvimento tem sido a encobrir a ociosidade temporal da propagação imperialista.

Não se deve omitir a probabilidade, para afirmar o mínimo, de que a propagação frequente da pesquisa de campo por milhares de pretendentes profissionais firmados na área da antropologia tenha sido parte de uma ação contínua para conservar um certo tipo de relação entre o Ocidente e o seu Outro. A manutenção e renovação desses vínculos sempre demandou o reconhecimento contemporâneo do Outro como objeto de poder e/ou conhecimento; a racionalização e justificativa ideológica dessas relações sempre requereu esquemas de distanciamento alocrônico.

A práxis da pesquisa de campo, mesmo em sua idealização mais habituada e profissionalizada, nunca consentiu de ser uma reflexão objetiva de relações políticas antagônicas e, por isso mesmo, um ponto de direção para uma crítica radical da antropologia. O Tempo, o Tempo real da ação e interação humanas, de fato transcorre para o sistema de sinais de construção como representação do conhecimento. Ao analisar o Tempo tanto quanto outras áreas, tenha sido o seu próprio desafio contra o embate coevo o seu Outro. Uma vez que a negação da coetaneidade é um ato político, não apenas um fato discursivo. A ausência do Outro do Tempo tem sido o seu modo de presença no discurso como um objeto e vítima.

Vale ressaltar que, a coetaneidade de fato corresponderia a uma teoria da apropriação, tendo como exemplo, na ideia de uma única história da salvação ou único mito-história da razão. De acordo com está incluído nesses estudos, a coetaneidade averigua reconhecer a cotemporalidade como a circunstância para a defrontação verdadeiramente dialética entre sujeitos, bem como sociedades. Ela reivindica contra concepções não verdadeiras, todas essas aguadas abstrações binárias que são impostas como divergências: comunismo versus capitalismo, Ocidente versus Oriente, Estados Unidos versus URSS, primitivo versus moderno.

A teoria da coetaneidade, o conceito totalizante de uma cultura, ter sido difundida por tantas escolas diferentes. Na prática todos acordam que o antropólogo ou historiador podem dirigir a uma outra sociedade à proporção que compreendem como um todo, um organismo, uma configuração e um sistema. O Nós antropológico, assim, continua um Nós, que coloca o seu Outro de fora em todos os níveis de teorização, à exceção no plano da ofuscação ideológica, onde todos afirmam a unicidade da humanidade. “Nenhuma história universal vai do selvagem à humanidade, mas há uma que vai do estilingue à megabomba” (Fabian, 2013, p. 174).

Em síntese, o que importa é que uma espécie de separação primitiva e original entre algo e a sua aparência, um original e sua reprodução, conceda o ponto de partida.

Essa separação fatídica é o motivo definitivo para a necessidade de estruturar culturalmente o material de percepção primitiva. Ela retrata a necessidade de instituir a ordem e a necessidade de qualquer que seja a ordem que uma sociedade institua.

Dentro da Ditadura Militar brasileira, que era fundamentado pelo Plano de Doutrina de Segurança Nacional, as populações originárias do território brasileiro eram tratadas de forma desumanizada, isto é, era produzido um discurso de monumentalização dos portugueses, pelo fato de terem invadido o território. Além disso, são agradecidos por terem trago civilidade, a fé cristã e progresso para a nação e os povos indígenas são tratados como se não fossem humanos. Ou seja, como o discurso da modernização autoritária era uma continuação de projetos civilizatórios brutalmente eurocêntricos e racistas, que visavam produzir o presente como o tempo do contemporâneo - da modernidade industrial e capitalista na periferia do mundo da Guerra Fria. Essa produção do presente como contemporaneidade é a política do tempo, da política do progresso, da materialização do Brasil moderno, da identidade cultural de Gilberto Freyre. É necessário reafirmar que as populações indígenas tiveram seus territórios invadidos, suas culturas apagadas e foram e até hoje são vítimas de um projeto político que viola suas vidas.

O Golbery do Couto e Silva revela-se uma pessoa estudada, inteligente e detém um capital cultural, o que quebra o discurso que os militares responsáveis pelo Golpe de 1964 são desprovidos de inteligência ou de conhecimento. Muito pelo contrário, o episódio de 64 requereu estudo e planejamento, além disso, o Plano de Doutrina de Segurança Nacional foi um elemento bem planejado e arquitetado pelas Forças Armadas Brasileiras em parceria com os Estados Unidos e a França. Dentro deste contexto, é importante estudar, aprofundar e conhecer a fonte ideológica dos militares e por trás da Ditadura, para compreender a origem destes discursos, argumentar e saber contra-argumentar discursos louváveis que defendem e exaltam o Regime de 64. Este trabalho demonstra que a história está conectada, porquanto o período conhecido como Guerra Fria impactou o mundo, e no caso estudado o Brasil.

É perceptível que o General Couto e Silva utiliza do discurso de afastamento e distanciamento temporal, isto é, o militar emprega um argumento uma escala evolutiva no formato de uma árvore, que a base é constituída por características e desenvolvimentos “ruins” que na medida do tempo vai evoluindo para características e desenvolvimentos “bons”, na concepção de Golbery. Vale ressaltar que, Silva ao longo de suas duas obras opera na dualidade ou bipolaridade, ou seja, os EUA, Brasil e outros países do Ocidente são descritos como Ocidentais, desenvolvidos, civilizados e cristãos. Enquanto, a URSS e a China são caracterizadas como primitivas, Orientais, materialistas e marxistas. Todas as bipolaridades são empregados recursos que rebaixam ou exaltam os(as) comparados(as) em uma escala evolutiva de tempo e são postos em único fluxo temporal. Cada Estado possui o livre arbítrio para escolher

um lado ou neutralidade no conflito, entretanto Golbery sempre enfoca que uma escolha de cada lado tem uma consequência.

Nesse sentido, é nítido o emprego da violência e da ameaça, sobre ameaça é lógico que Golbery na guerra está disposto de agir de qualquer forma para sair vitorioso na Guerra Fria, e esta atitude não é exclusiva só do militar, porque está contido no Plano de Doutrina de Segurança Nacional e por sua vez na Escola Superior de Guerra. Um ponto a ser analisado é o ódio e a repulsa de Silva dos grupos sociais que foram e são constantemente marginalizados(as) e violentados(as), o general caracteriza-los como pseudonacionalistas, uma condição inferior comparado com o Nacionalismo.

Johannes Fabian, ao longo de sua obra argumenta que a Política do Tempo caracterizou como um discurso de ferramenta e justificação do Colonialismo, a exemplo disso, Silva alega que a América Latina é subdesenvolvida e pseudonacionalista, por isso não progredi e desenvolve, a resposta para essa problemática é deixar todos os problemas com os países que integram a América Latina para unirem-se, e principalmente unirem com os Estados Unidos. Golbery utiliza o discurso histórico e a política do tempo para traçar as raízes do Brasil, ao estudar desde a invasão dos portugueses ao territórios até meados de 1950, época que as duas obras estavam sendo escritas, obviamente um estudo deturpado da história, a ponto de afirmar que o Brasil desenvolveu, por causa, dos portugueses, do Cristianismo, a ciência e a democracia.

Silva se contradiz, no decorrer de suas obras ao sempre reafirmar que o Brasil possui historicamente uma relação de irmandade com os Estados Unidos e que também os EUA possui esta relação, além, de que os dois países são cooperantes. Contudo, esta relação que o Golbery descreve como um sentimento de irmandade historicamente nunca existiu, visto que os norte-americanos só aproximaram e se aproximam quando há um interesse por trás. O militar reforça que no Brasil deve haver um sentimento de nacionalismo e deve ser ensinado para a população brasileira este sentimento, a fim de combater a ameaça do Comunismo e também os inimigos externos e internos, sobretudo que tipo de nacionalismo é este que sobrepõe os EUA acima do Brasil e também inferioriza? Entretanto, esta relação não é recíproca, visto que, no decorrer das duas obras Golbery afirma que era parte da DSN instalar uma base militar dos EUA, no Nordeste brasileiro, por conta de sua posição estratégica de atacar os inimigos no continente africano ou na Ásia, porém Silva é contra esta ideia, porque é preciso assegurar a soberania do Brasil.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEVERNAGE, Berber. **História, Memória e Violência de Estado Tempo e Justiça**. Brasil: Milfontes, 2020. 419 p.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. *In*: FERREIRA, Jorge; NOVAES, Lucília de Almeida. **O tempo da ditadura: regime militar movimentos sociais em fins do século XX**. 7.º ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 2014. v. 4, cap. 1, p. 13-42.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro: Como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 215 p.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 244 p.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano - O Tempo do regime autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização (1964-1985)**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. v. 4, cap. 4, p. 135-178.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**. 1. ed. Brasil: Contraponto, 1999. 256 p

OSBORNE, Peter. **The Politics of Time: Modernity and Avant-Garde**. London - New York: Verso, 1995. 285 p.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3.º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. 273 p. v. 190.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967. 277 p.